

FRANKLIN RUBINSTEIN *

O fechamento da emergência do Hospital da Lagoa, mais recente episódio do desmonte da rede pública de saúde do Estado do Rio de Janeiro, propicia reflexões que podem ser úteis para a reorganização da luta em defesa dos serviços públicos de saúde, que interessa a toda a população. Não se trata apenas, o que já seria muito, da gradativa desativação de um Hospital Geral, de primeira grandeza, que em poucos anos fechou 150, dos seus 350 leitos, principalmente por falta de investimentos racionais em pessoal e equipamentos.

Não é um problema isolado, conjuga-se com a situação do H. M. Miguel Couto que, por estar funcionando bem, recebe grande parte da demanda não atendida pelo conjunto da rede assistencial. Associa-se à carência de assistência na Zona Oeste, Baixada Fluminense, Região dos Lagos e no litoral sul do estado.

O modelo assistencial vigente impõe insuportável grau de insatisfação, tanto aos profissionais, quanto aos usuários. A ideologia do favor, que prevalece nas relações entre os profissionais e os usuários dos serviços de saúde, não favorece a mobilização destes em situações de crise como a que estamos vivendo. Os profissionais, por sua vez, atingidos duramente em sua dignidade, em interminável convívio com baixos salários e péssimas condições de trabalho, perderam suas esperanças e buscam alternativas em estratégias individuais de sobrevivência, que tendem a desorganizar o já desorganizado sistema assistencial.

Diante deste quadro, as lideranças das entidades profissionais não estão conseguindo definir ações que contemplem, ao mesmo tempo, a necessidade de ganhos imediatos e a conquista de uma reformulação geral do sistema, que inclua uma política de recursos humanos moderna e condições de trabalho estimulante. A sociedade começa a dar mostras de que não tolera mais que autoridades legalmente constituídas insistam nas velhas práticas de obter ganhos secundários, de natureza política, ou outros, em cima da saúde do povo. A ninguém se concede este direito.

A insatisfação e desconfiança nas instituições de representação política e estruturas administrativas vêm obrigando à criação de conselhos (estadual, municipal e gestores) que ainda procuram seu espaço próprio, entre o Legislativo e o Executivo, que permita seu desenvolvimento e o cumprimento de suas atribuições específicas, ainda não claramente definidas. Não está fácil chegar a um equilíbrio, entre os interesses corporativos e os da coletividade. A transparência na administração pública ainda é um sonho distante e quando alcançada, em experiências isoladas, tem revelado fatos assustadores. Começa a tornar-se

pública a permissividade que impera na administração pública, que aceita conviver com a prática de abusos de toda ordem, especialmente os que transferem recursos públicos para cofres privados e viabilizam a perpetuação do poder.

Nenhuma autoridade assumiu, até agora, a responsabilidade global pelo problema. Continuamos a assistir a acusações mútuas e não se estabeleceu claramente, para a opinião pública, se saúde é questão de âmbito federal, estadual ou municipal. É um bem tão caro a todos e cujo alcance envolve ações de complexidade e custo elevado, que, certamente, não faltam tarefas a serem executadas em cada uma das instâncias de poder, obedecendo-se ao princípio legal da descentralização — *Municipalização é o caminho.*

Espera-se das autoridades, no mínimo, que se comportem à altura dos cargos que ocupam e sentem para negociar. Se as autoridades responsáveis não confiam umas nas outras, que busquem encontrar mecanismos legais de vigilância e controle, que permitam um desarmamento suficiente para que possam pensar com clareza e encontrar soluções novas e criativas. Sem isso, não será possível planejar medidas emergenciais e outras de médio e longo prazo.

O Brasil investe irrisórios US\$ 70 per capita/ano em saúde, 20% do mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde. Além disso, aplica mal os recursos, desperdiçando-os em gestões ineptas e corruptas. A responsabilidade cabe aos prefeitos, governador e ministro da Saúde. Alguns desses senhores, embora bem-intencionados, desperdiçam seus esforços, que se diluem diante da imensidão da tarefa que a sociedade tem pela frente, de realmente passar a limpo este país.

O Conselho Regional de Medicina (Cremerj) há quase 10 anos vem desenvolvendo discussões e ações que implicam uma tomada de posição inequívoca em defesa da saúde. Neste processo vem tentando se modernizar, e ao longo do tempo está conseguindo enfrentar, intra e extramuros, as barreiras do corporativismo e/ou partidarização. Na luta em defesa da saúde, diante da gravidade da situação, foi obrigado a instituir a Interdição Ética, que já atingiu, total ou parcialmente, diversas unidades assistenciais.

O Cremerj já escolheu o seu lado — o da Saúde — como está definida na Constituição e, em conjunto com os demais Conselhos Regionais de Profissionais da Saúde (Movimento em Defesa da Saúde), vem atuando conseqüentemente, tensionando os atores sociais (autoridades, profissionais e usuários), fiscalizando, cobrando responsabilidades e exigindo Ética na Saúde.

* Psicanalista primeiro-secretário do Cremerj

JORNAL DO BRASIL